

6. TEMA EM ANÁLISE

Os Indicadores Estruturais e o Inquérito ao Emprego

Sónia Torres* – Instituto Nacional de Estatística

1. Os Indicadores Estruturais

O Conselho Europeu realizado em Lisboa (em Março de 2000), durante a Presidência Portuguesa, definiu como objectivo estratégico para a União Europeia que esta se tornasse em 2010 “na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um desenvolvimento económico sustentável, com mais e melhores postos de trabalho e uma maior coesão social”.¹

O Conselho decidiu também que o acompanhamento do grau de concretização dos objectivos de Lisboa, nos seus vários domínios e nos diferentes países, fosse realizado através da análise de um conjunto seleccionado de indicadores de síntese, comparáveis entre todos os Estados-membros da União Europeia e de periodicidade anual, então designados por “Indicadores Estruturais”. Actualmente, os Indicadores Estruturais são calculados para todos os países da União Europeia, da EFTA (Islândia, Noruega e Suíça)² e ainda, para proceder a comparações e sempre que a informação esteja disponível, para o Japão, os EUA e os países candidatos (Croácia, antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia).

A responsabilidade da definição estatística dos Indicadores Estruturais e da compilação da informação necessária para o seu cálculo anual para Estados-membros e para um conjunto de agregados europeus, foi atribuída ao Eurostat. Aos Institutos Nacionais de Estatística compete compilar a informação necessária para confirmar os resultados obtidos a partir dos cálculos realizados pelo Eurostat.³

Com estes elementos, a Comissão ficou incumbida de preparar um relatório de síntese anual destinado a proceder à avaliação do progresso em relação aos objectivos de Lisboa, segundo seis domínios: contexto económico geral, emprego, inovação e investigação, coesão social, reforma económica e ambiente.

Ao Instituto Nacional de Estatística (INE), enquanto órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, foi atribuída a missão de coordenar a articulação com as entidades nacionais no processo de validação dos resultados obtidos pelo Eurostat.

Os Indicadores Estruturais e a respectiva meta-informação associada (metodologia, definição dos indicadores, conceitos subjacentes, informação sobre as quebras de série da informação de base e sobre as diferenças existentes entre as fontes dos vários países, etc.), estão disponíveis, desde Novembro de 2004, no *website* do INE. Actualmente, estes indicadores estão disponíveis em <http://indest.ine.pt/IETree.asp>. Os Indicadores Estruturais também podem ser acedidos através do percurso: Informação Estatística / Dossiês Temáticos / Indicadores Estruturais. Neste sítio, encontram-se os Indicadores Estruturais para os vários Estados-membros e agregados europeus, para um número substancial de anos. À data de publicação desta nota, os Indicadores Estruturais estão disponíveis até 2007 (ano de referência da informação).

Os Indicadores Estruturais encontram-se repartidos por seis domínios (que incluem 48 temas específicos e 120 indicadores), que se descrevem de seguida: I. Indicadores económicos gerais; II. Emprego; III. Inovação e investigação; IV. Coesão social; V. Reforma económica; VI. Ambiente. A lista exaustiva destes indicadores, por domínio, pode ser consultada no Quadro 1 (Anexo).

I. Indicadores económicos gerais

(7 temas específicos; 11 indicadores)

Neste domínio, incluem-se indicadores de prosperidade, de bem-estar de longo prazo e/ou de desempenho das economias, que estão na base da reforma estrutural da União Europeia.

Trata-se, em geral, de indicadores macroeconómicos como o produto *per capita* em paridades do poder de compra (PPC) (essencial para acompanhar o crescimento económico e a criação de postos de trabalho), a produtividade do trabalho (para avaliar o bem-estar de longo prazo, o crescimento económico e o aumento da competitividade e do emprego), o crescimento do emprego, a taxa de inflação, os custos do trabalho e o

* As opiniões expressas no *Tema em análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

¹ O documento com as conclusões da Presidência encontra-se em: http://www.europarl.europa.eu/summits/lis1_pt.htm.

² A pequena dimensão do Liechtenstein inviabiliza o cálculo de vários Indicadores Estruturais.

³ Os Indicadores Estruturais estão disponíveis, na página do Eurostat, em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/structural_indicators/introduction.

saldo das contas da Administração Pública (essencial para o “procedimento de défices excessivos”).

II. Emprego

(8 temas específicos; 22 indicadores)

A forma como as sociedades utilizam os seus recursos humanos, ou como os seus membros reforçam a sua posição no mercado de trabalho através da actualização de competências e de qualificações ao longo da vida, são dimensões importantes para o desempenho global.

Adicionalmente, de modo a minorar os efeitos do envelhecimento populacional da Europa nos sistemas de Segurança Social, foi encorajado o prolongamento da participação no mercado de trabalho.

Assim, neste domínio foram incluídos indicadores que permitem acompanhar o desempenho dos países, em termos da utilização de recursos humanos nas vertentes referidas: taxa de emprego por sexo (quer total, para os indivíduos dos 15 aos 64 anos, quer para os activos mais idosos, dos 55 aos 64 anos), diferencial de remuneração entre sexos, incidência fiscal sobre trabalhadores de baixos salários, aprendizagem ao longo da vida, acidentes de trabalho, taxa de desemprego por sexo e idade média de saída do mercado de trabalho.

Neste contexto, note-se que a estratégia de Lisboa definiu como objectivo da União Europeia para 2010 atingir uma taxa de emprego para os indivíduos dos 15 aos 64 anos de 70% (60% para as mulheres) e como objectivo intermédio para 2005 atingir uma taxa de emprego de 67% (57% para as mulheres). Para indivíduos dos 55 aos 64 anos, foi definido como objectivo específico atingir uma taxa de emprego de 50% em 2010.

III. Inovação e investigação

(9 temas específicos; 20 indicadores)

O investimento em recursos humanos e em investigação e desenvolvimento (I&D) são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento e de tecnologias novas numa economia que se pretende baseada em conhecimento. A estratégia de Lisboa reconhece a importância das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e da existência de uma sociedade europeia da informação para o crescimento e o emprego, pelo que definiu um conjunto de metas a atingir em termos do investimento em recursos humanos e inovação.

Para avaliar a prossecução dos objectivos definidos, esta secção dos Indicadores Estruturais inclui indicadores como a despesa pública em educação e em I&D, o nível de acesso à Internet, o número de diplomados em ciência e tecnologia (por sexo), o número de patentes registadas, o investimento em capital de risco, a despesa em TIC, o nível de educação atingido pela população jovem e o comércio electrónico.

IV. Coesão social

(7 temas específicos; 21 indicadores)

A luta contra a exclusão social é um dos objectivos da política social da União Europeia, nomeadamente a redução significativa do número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social.

Para acompanhar a concretização daqueles objectivos gerais, foram seleccionados os seguintes indicadores: grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos (confronto das abas da distribuição), população em risco de pobreza, antes e depois das transferências sociais (indivíduos abaixo da “linha da pobreza” e, por isso, em risco de exclusão social), persistência na pobreza, dispersão regional da taxa de emprego, entre regiões NUTS II, abandono escolar precoce, desemprego de longa duração – 12 e mais meses de duração (trata-se de recursos que estão a ser insuficientemente utilizados ou que estão em risco de serem excluídos definitivamente da população activa) e proporção de indivíduos (crianças ou adultos) a viverem em agregados sem empregados.

V. Reforma económica

(8 temas específicos; 26 indicadores)

A reforma económica visa melhorar a competitividade das economias, fornecendo o ambiente ideal para o desenvolvimento saudável dos negócios e para a criação de postos de trabalho, reduzindo a pobreza e aumentando a inclusão social. Os indicadores seleccionados permitem avaliar o grau de existência de mercados eficientes, integrados e competitivos, que constituíram os objectivos da criação do Mercado Único (com a eliminação das barreiras à circulação de pessoas e de bens no interior da União Europeia).

Neste domínio, os Indicadores Estruturais construídos incidem sobre níveis de preços relativos e convergência de preços entre os Estados-membros, preços nas indústrias de rede, estrutura de mercado nas indústrias de rede, contratos públicos, apoios estatais sectoriais e *ad hoc*, investimento das empresas, grau de integração do mercado (em termos de taxas de juro, de exportações e importações e de investimento directo estrangeiro) e demografia das empresas (taxas de natalidade, de sobrevivência e de mortalidade das empresas).

VI. Ambiente

(9 temas específicos; 20 indicadores)

No contexto da estratégia de Lisboa, tornar a economia mais “verde” tem influência nas decisões a tomar e na actividade dos outros sectores e, por isso, no crescimento económico sustentado.

Desta forma, os Indicadores Estruturais incluídos neste domínio procuram medir as emissões de gases de efeito estufa, a intensidade energética da economia, o volume

de transporte de mercadorias e de passageiros, o transporte de mercadorias e de passageiros por modo de transporte, a qualidade do ar, a produção e o destino final dos resíduos sólidos municipais, o contributo das energias renováveis para a produção de electricidade e a protecção de recursos naturais.

Dada a dimensão da lista dos Indicadores Estruturais, foi seleccionado um subconjunto de indicadores (*shortlist*) que permite avaliar, de forma rápida e clara, o progresso dos Estados-membros em termos do cumprimento dos objectivos de Lisboa. Esta lista inclui os 14 indicadores seguintes, que foram considerados essenciais para o acompanhamento dos objectivos de Lisboa:

1. Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em PPC
2. Produtividade de trabalho
3. Taxa de emprego (15-64 anos)
4. Taxa de emprego dos trabalhadores mais idosos (55-64 anos)
5. Nível de educação atingido pela população jovem (20-24 anos)
6. Despesa em I&D
7. Investimento das empresas
8. Níveis de preços relativos
9. Indivíduos em risco de pobreza
10. Taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses)
11. Variação regional das taxas de emprego (coesão regional do emprego)
12. Emissões de gases de efeito estufa
13. Intensidade energética da economia
14. Volume de transporte de mercadorias e de passageiros

2. O Inquérito ao Emprego como fonte para os Indicadores Estruturais

No Quadro 1 (Anexo) é apresentada a lista dos 120 Indicadores Estruturais em vigor. Destes, cerca de metade constituem agregados habitualmente utilizados para analisar o mercado de trabalho, incluindo informação sobre emprego e desemprego, produtividade, remunerações, custo do trabalho, idade da reforma, indicadores sobre a escolarização da mão-de-obra, etc.). Destes, 29 são calculados utilizando informação proveniente unicamente dos *Labour Force Survey* (do Inquérito ao Emprego, em Portugal), sendo que os restantes utilizam outras fontes de informação estatística, como as Contas Nacionais e o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) e estatísticas sobre os custos do trabalho, entre outras.

No Quadro 2 (Anexo) é apresentada a lista dos 29 Indicadores Estruturais que utilizam informação directamente obtida a partir do Inquérito ao Emprego, em Portugal, repartidos por três domínios II. Emprego; III. Inovação e investigação; IV. Coesão Social. Também se apresenta a forma de medida de cada indicador e o ano de início da série de dados disponível para Portugal.

Com excepção da idade média efectiva da reforma, cujos resultados estão disponíveis desde 2001, e da variação regional do emprego, cujos resultados estão disponíveis desde 1999, os Indicadores Estruturais apresentados estão disponíveis para Portugal desde 1992, data de início da 3ª série de dados do Inquérito ao Emprego. Em 1998, iniciou-se a 4ª série de dados do Inquérito ao Emprego, havendo uma ruptura metodológica e conceptual com a série anterior. A esta quebra de série acrescentam-se algumas outras micro-quebras, pontuais e específicas de uma ou outra variável, as quais são devidamente explicadas na meta-informação associada a cada indicador.

No Quadro 3 (Anexo) são apresentados os resultados obtidos para Portugal e para a média da União Europeia (27 países: UE27) para os 29 Indicadores Estruturais referidos, para 2007 (último ano disponível) e ainda para 1992 para Portugal. Em geral, podem tirar-se as seguintes conclusões para Portugal:

- Em 2007, a taxa de emprego (15-64 anos) era superior à média da UE27 (67,8% contra 65,4%), o que é válido para ambos os sexos. Entre 1992 e 2007, a taxa de emprego aumentou 1,2 pontos percentuais (p.p.), tendo aumentado 6 p.p. para as mulheres e diminuído 4,3 p.p. para os homens.
- Em 2007, a taxa de emprego (55-64) era superior à média da UE27 (50,9% contra 44,7%), o que é válido para ambos os sexos. Entre 1992 e 2007, a taxa de emprego (55-64 anos) aumentou 2,5 p.p., tendo aumentado 9,0 p.p. para as mulheres e diminuído 6,4 p.p. para os homens.
- Em 2007, o indicador de aprendizagem ao longo da vida apresentava um valor que era menos de metade da média da UE27 (4,4% contra 9,5%). Entre 1992 e 2007, assistiu-se a um aumento no valor deste indicador, de 0,8 p.p., evolução que é válida para ambos os sexos (1,1 p.p. para as mulheres e 0,6 p.p. para os homens).
- Em 2007, a taxa de desemprego era superior à média da UE27 (8,1% contra 7,1%), resultado que é válido apenas para as mulheres, considerando que a taxa de desemprego dos homens em Portugal era igual à da UE27. Entre 1992 e 1997, a taxa de desemprego aumentou 4,0 p.p., o que também aconteceu para as taxas específicas dos homens das mulheres. Note-se, porém, que durante o período analisado a taxa de desemprego apresenta um comportamento cíclico, o que condiciona a pertinência dos anos escolhidos para comparação.

- Em 2007, a idade média efectiva da reforma era superior à média da UE27 (62,6 anos contra 61,2 anos). Entre 2001 e 2007, aquela idade média aumentou quase um ano. Ambos os resultados são válidos para homens e mulheres.
- Em 2007, a percentagem de jovens (18-24 anos) que completaram um nível de ensino correspondente pelo menos ao ensino secundário e pós-secundário era bastante inferior à da UE27 (53,4% contra 78,1%). Entre 1992 e 2007, aquela percentagem aumentou 18,4 p.p., tendo aumentado 21,0 p.p. para as mulheres e 16,8 p.p. para os homens.
- Em 2007, a variação regional da taxa de emprego era inferior à da UE27 (3,3% contra 11,1%), o que se aplica a ambos os sexos. Entre 1999 e 2007, a coesão regional do emprego diminuiu (tendo também diminuído para as mulheres, mas aumentado para os homens).
- Em 2007, o indicador relativo ao abandono escolar precoce apresentava um valor correspondente a mais do dobro da média da UE27 (36,3% contra 15,2%). Entre 1992 e 2007, este indicador registou uma quebra de 13,7 p.p.. Ambos os resultados são válidos para os homens e para as mulheres.
- Em 2007, a taxa de desemprego de longa duração era superior à média da UE27 (3,8% contra 3,1%), tendo também aumentado entre 1992 e 2007 (2,6 p.p.). Estes resultados são válidos para ambos os sexos.
- Em 2007, a percentagem de crianças (até aos 17 anos) que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados era inferior à média da UE27 (5,1% contra 9,4%). Este indicador registou um aumento de 0,6 p.p. entre 1992 e 2007.
- Em 2007, a percentagem de adultos (18-59 anos) que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados era inferior à média da UE27 (5,7% contra 9,3%). Este indicador registou um aumento de 0,8 p.p., entre 1992 e 2007.
- Em 2007, os homens apresentavam maiores valores, em relação às mulheres, na taxa de emprego (15-64 anos) (+11,9 p.p.), na taxa de emprego (55-64 anos) (+14,9 p.p.), na idade média efectiva da reforma (+0,6 anos) e no abandono escolar precoce (+11,6 p.p.). As mulheres apresentavam maiores valores nos indicadores da aprendizagem ao longo da vida (+0,1 p.p.), da taxa de desemprego (+3,1 p.p.), do nível de educação atingido pela população jovem (18-24 anos) (+14,5 p.p.), da variação regional da taxa de emprego (+1,8 p.p.) e da taxa de desemprego de longa duração (+1,3 p.p.).

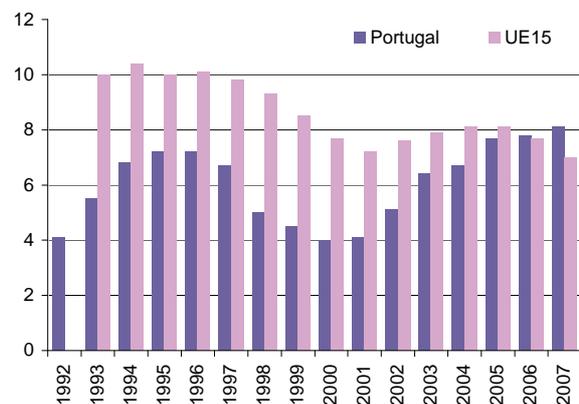
A título de ilustração, os Gráficos 1 a 5 mostram também a evolução, nos últimos 15 anos, de alguns destes Indicadores Estruturais que utilizam informação do Inquérito ao Emprego. A opção pela comparação com a

União Europeia (15 países: UE15) resultou da possibilidade de apresentar séries de dados mais longas e da existência de séries de dados para todos os países que integram este espaço.

No Gráfico 1, observa-se que a taxa de desemprego em Portugal apresenta uma evolução semelhante à da UE15, o que sugere que, à luz deste indicador, o ciclo económico Português está sincronizado com o Europeu. Observa-se, ainda, uma diferença de níveis assinalável, que, no entanto, se tem vindo a esbater nos últimos anos. No período analisado, a taxa de desemprego em Portugal tem apresentado valores sistematicamente abaixo da média da UE15, com excepção dos anos 2006 e 2007, anos em que superou a média Europeia.

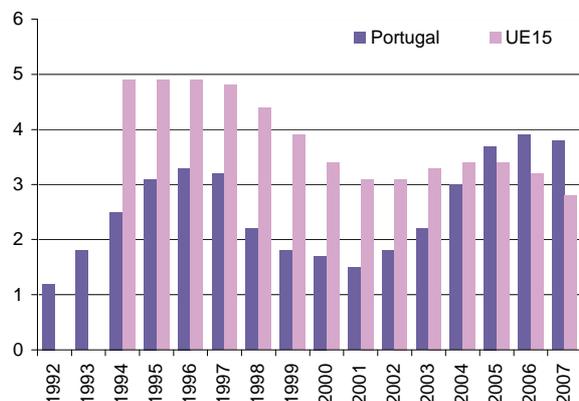
Em 2007, e tomando por referência os 27 países da União Europeia, Portugal apresentava a 7ª maior taxa de desemprego, situando-se em 8,1%, valor acima da média da União Europeia (a 15, 25 ou 27 países, que era, respectivamente, 7,0%, 7,2% e 7,1%) (Gráfico 4).

Gráfico 1: Taxa de desemprego (%)



A taxa de desemprego de longa duração (à procura de emprego há 12 e mais meses) em Portugal também apresenta uma evolução semelhante à da média da UE15 (Gráfico 2) e valores sistematicamente abaixo daquela média, com excepção dos anos de 2005 a 2007.

Gráfico 2: Taxa de desemprego de longa duração (%)



A percentagem de adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados também apresenta uma evolução idêntica em Portugal e na UE15 (Gráfico 3). No entanto, o indicador regista um crescimento sustentado em Portugal, desde 2000, enquanto que na UE15 se assiste a uma relativa estabilidade até 2005, seguida de uma redução em 2006 e 2007. Em todo o período analisado, Portugal apresentou, para este indicador, valores sistematicamente abaixo da média da UE15.

Gráfico 3: Adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados (%)

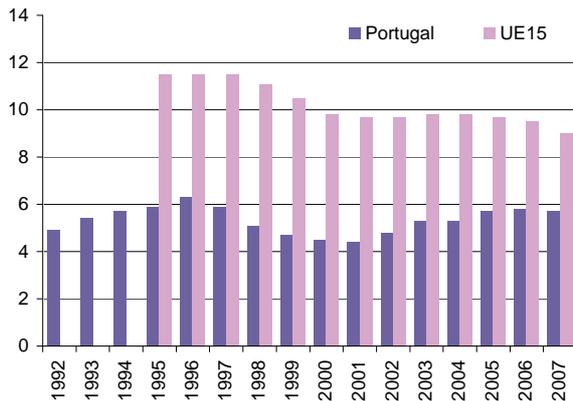
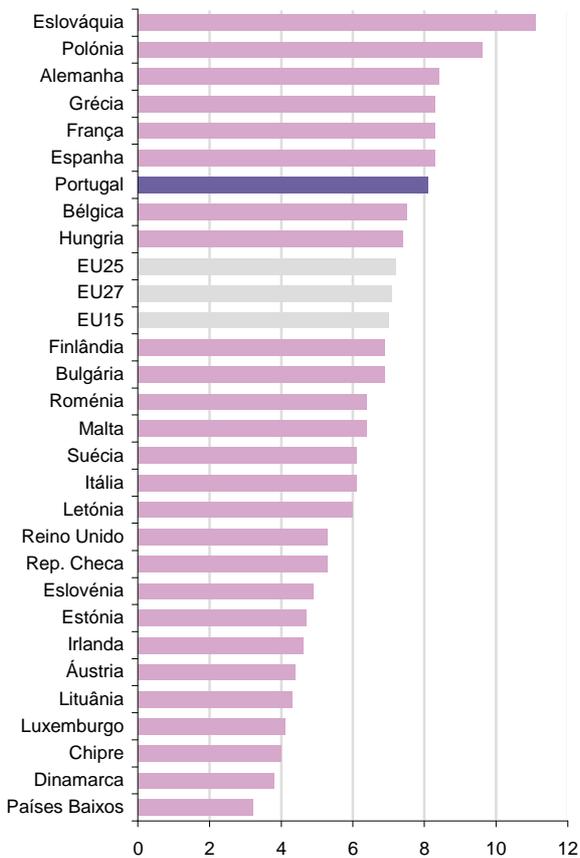
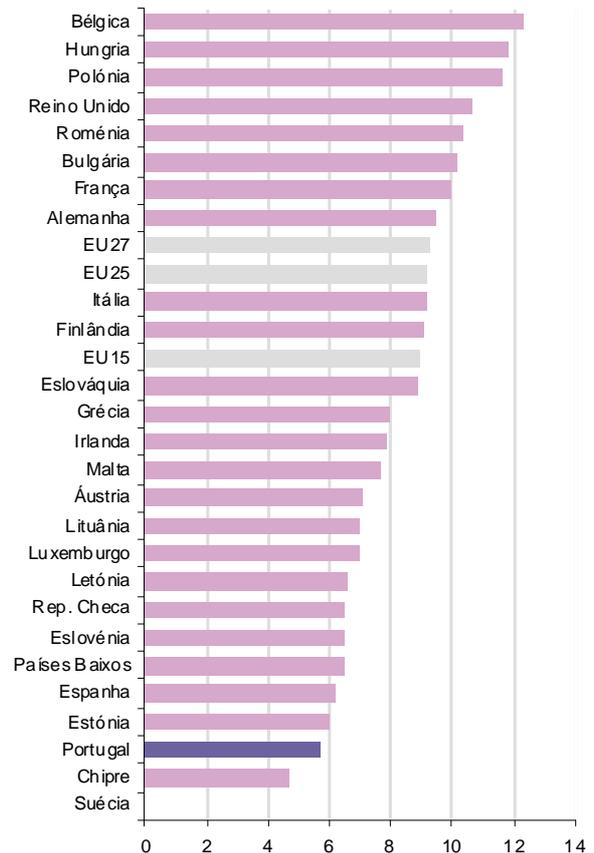


Gráfico 4: Taxa de desemprego (%) por país da União Europeia (UE27), 2007



Em 2007, e tomando por referência os 27 países da União Europeia (UE27), Portugal aparecia, a seguir ao Chipre e à Suécia, como o país com a menor percentagem de adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados (5,7%). Este valor era inferior às médias da UE15, UE25 e UE27 (9,0%, 9,2% e 9,3%, respectivamente) (Gráfico 5).

Gráfico 5: Adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados (%) por país da União Europeia (UE27), 2007



3. Anexo

Quadro 1: Lista dos Indicadores Estruturais**I. Indicadores económicos gerais****1. Produto Interno Bruto (PIB)**

- 1.1. PIB *per capita* em PPC (UE27=100)
- 1.2. Taxa de crescimento real do PIB (preços constantes de 1995)

2. Produtividade do trabalho

- 2.1. Produtividade do trabalho por pessoa empregada (UE27=100)
- 2.2. Produtividade do trabalho por hora trabalhada (UE15=100)

3. Taxa de crescimento anual do emprego

- 3.1. Taxa de crescimento anual do emprego (Total)
- 3.2. Taxa de crescimento anual do emprego (Mulheres)
- 3.3. Taxa de crescimento anual do emprego (Homens)

4. Taxa de inflação

- 4.1. Variação anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

5. Crescimento do custo unitário do trabalho

- 5.1. Crescimento do custo unitário do trabalho

6. Défice das Administrações Públicas

- 6.1. Défice das Administrações Públicas, em percentagem do PIB

7. Dívida das Administrações Públicas

- 7.1. Dívida das Administrações Públicas, em percentagem do PIB

II. Emprego**8. Taxa de emprego (15-64 anos)**

- 8.1. Taxa de emprego (Total)
- 8.2. Taxa de emprego (Mulheres)
- 8.3. Taxa de emprego (Homens)

9. Taxa de emprego (55-64 anos)

- 9.1. Taxa de emprego, 55-64 anos (Total)
- 9.2. Taxa de emprego, 55-64 anos (Mulheres)
- 9.3. Taxa de emprego, 55-64 anos (Homens)

10. Diferencial de remuneração (Homens/Mulheres)

- 10.1. Diferença salarial entre sexos, em percentagem

11. Incidência fiscal sobre os trabalhadores de baixos salários

- 11.1. Peso das contribuições sociais
- 11.2. "Armadilha" do desemprego

12. Aprendizagem ao longo da vida

- 12.1. Aprendizagem ao longo da vida (Total)
- 12.2. Aprendizagem ao longo da vida (Mulheres)
- 12.3. Aprendizagem ao longo da vida (Homens)

13. Acidentes de trabalho

- 13.1.1. Acidentes de trabalho - Graves (Total) (1998=100)
- 13.1.2. Acidentes de trabalho - Graves (Mulheres) (1998=100)
- 13.1.3. Acidentes de trabalho - Graves (Homens) (1998=100)
- 13.2. Acidentes de trabalho - Mortais (Total) (1998=100)

14. Taxa de desemprego

- 14.1. Taxa de desemprego (Total)
- 14.2. Taxa de desemprego (Mulheres)
- 14.3. Taxa de desemprego (Homens)

15. Idade média efectiva de reforma

- 15.1. Idade média efectiva de reforma (Total)
- 15.2. Idade média efectiva de reforma (Mulheres)
- 15.3. Idade média efectiva de reforma (Homens)

Quadro 1: Lista dos Indicadores Estruturais (cont.)**III. Inovação e investigação****16. Despesa pública em educação**

- 16.1. Despesa pública em educação, em percentagem do PIB

17. Despesa em investigação e desenvolvimento

- 17.1. Despesa em investigação e desenvolvimento (GERD), em percentagem do PIB
- 17.2. Parcela da despesa total em investigação e desenvolvimento financiada pelas empresas
- 17.3. Parcela da despesa total em investigação e desenvolvimento financiada pelo estado
- 17.4. Parcela da despesa total em investigação e desenvolvimento financiada pelo estrangeiro

18. Nível de acesso à Internet

- 18.1. Nível de acesso à Internet - Famílias
- 18.2. Nível de acesso à Internet - Empresas

19. Diplomados pelo ensino superior em áreas científicas e tecnológicas

- 19.1. Diplomados pelo ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes (Total)
- 19.2. Diplomados pelo ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes (Mulheres)
- 19.3. Diplomados pelo ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes (Homens)

20. Patentes

- 20.1. Patentes - EPO
- 20.2. Patentes - USPTO

21. Capital de risco

- 21.1. Capital de risco - Fase inicial (em percentagem do PIB)
- 21.2. Capital de risco - Expansão e substituição (em percentagem do PIB)

22. Despesa em tecnologias de informação e comunicação

- 22.1. Despesa em tecnologias de informação, em percentagem do PIB
- 22.2. Despesa em tecnologias de comunicação, em percentagem do PIB

23. Nível de educação atingido pela população jovem

- 23.1. Nível de educação atingido pela população jovem (Total)
- 23.2. Nível de educação atingido pela população jovem (Mulheres)
- 23.3. Nível de educação atingido pela população jovem (Homens)

24. Comércio electrónico

- 24.1. Percentagem das receitas das empresas obtidas através de comércio electrónico

IV. Coesão social**25. Distribuição dos rendimentos**

- 25.1. Desigualdade na distribuição de rendimentos

26. Risco de pobreza

- 26.1. Taxa de pobreza antes das transferências sociais (Total)
- 26.2. Taxa de pobreza depois das transferências sociais (Total)
- 26.3. Taxa de pobreza antes das transferências sociais (Mulheres)
- 26.4. Taxa de pobreza depois das transferências sociais (Mulheres)
- 26.5. Taxa de pobreza antes das transferências sociais (Homens)
- 26.6. Taxa de pobreza depois das transferências sociais (Homens)

27. Persistência da pobreza

- 27.1. Taxa de persistência da pobreza (Total)
- 27.2. Taxa de persistência da pobreza (Mulheres)
- 27.3. Taxa de persistência da pobreza (Homens)

28. Coesão regional (emprego)

- 28.1. Variação regional da taxa de emprego (Total)
- 28.2. Variação regional da taxa de emprego (Mulheres)
- 28.3. Variação regional da taxa de emprego (Homens)

29. Abandono escolar precoce

- 29.1. Abandono escolar precoce (Total)
- 29.2. Abandono escolar precoce (Mulheres)
- 29.3. Abandono escolar precoce (Homens)

30. Taxa de desemprego de longa duração

- 30.1. Taxa de desemprego de longa duração (Total)
- 30.2. Taxa de desemprego de longa duração (Mulheres)
- 30.3. Taxa de desemprego de longa duração (Homens)

31. Agregados familiares sem indivíduos empregados

- 31.1. Crianças que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados
- 31.2. Adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados

Quadro 1: Lista dos Indicadores Estruturais (cont.)**V. Reforma económica****32. Níveis de preços relativos e convergência de preços**

- 32.1. Níveis de preços relativos (UE27=100)
- 32.2. Convergência de preços entre Estados-membros da UE

33. Preços nas indústrias de rede

- 33.1. Preços de telecomunicações - Chamadas locais
- 33.2. Preços de telecomunicações - Chamadas de longa distância (nacionais)
- 33.3. Preços de telecomunicações - Chamadas internacionais
- 33.4. Preços da electricidade - Utilizadores industriais
- 33.5. Preços da electricidade - Utilizadores domésticos
- 33.6. Preços do gás - Utilizadores industriais
- 33.7. Preços do gás - Utilizadores domésticos

34. Estrutura de mercado nas indústrias de rede

- 34.1. Quota de mercado do maior produtor no mercado de electricidade
- 34.2. Quota de mercado do operador histórico no mercado de telecomunicações fixas - Chamadas locais
- 34.3. Quota de mercado do operador histórico no mercado de telecomunicações fixas - Chamadas longa distância
- 34.4. Quota de mercado do operador histórico no mercado de telecomunicações fixas - Chamadas internacionais
- 34.5. Quota de mercado do operador histórico no mercado de telecomunicações móveis

35. Contratos públicos

- 35.1. Valor dos contratos públicos divulgados, em percentagem do PIB

36. Apoios estatutais sectoriais e *ad hoc*

- 36.1. Auxílios de estado sectoriais e *ad hoc*, em percentagem do PIB

37. Investimento das empresas

- 37.1. FBCF do sector privado, em percentagem do PIB

38. Integração do mercado

- 38.1. Convergência de taxas de juro - Empréstimo para aquisição de habitação (hipoteca)
- 38.2. Convergência de taxas de juro de curto prazo - Empresas
- 38.3. Convergência de taxas de juro de médio e longo prazo - Empresas
- 38.4. Valor das importações e das exportações de bens, em percentagem do PIB
- 38.5. Valor das importações e das exportações de serviços, em percentagem do PIB
- 38.6. Intensidade do investimento directo estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB

39. Demografia das empresas

- 39.1. Taxa de natalidade de empresas
- 39.2. Taxa de sobrevivência de empresas
- 39.3. Taxa de mortalidade de empresas

VI. Ambiente**40. Emissões de gases de efeito estufa**

- 40.1. Índice de emissões de gases de efeito estufa, baseados nos equivalentes de CO2 (1990=100)

41. Intensidade energética da economia

- 41.1. Intensidade energética da economia (1995=100)

42. Volume de transporte de mercadorias e de passageiros

- 42.1. Índice do volume de transporte de mercadorias, por unidade do PIB (1995=100)
- 42.2. Índice do volume de transporte de passageiros, por unidade do PIB (1995=100)

43. Transporte de passageiros e de mercadorias por modo de transporte

- 43.1. Percentagem do modo de transporte rodoviário no total do transporte de mercadorias
- 43.2. Percentagem do modo de transporte automóvel no total do transporte de passageiros

44. Qualidade do ar

- 44.1. Exposição ao ozono troposférico acima de valores limite
- 44.2. Exposição a partículas (PM10) acima de valores limite

45. Produção e destino final de resíduos sólidos municipais

- 45.1. Resíduos sólidos municipais - Total recolhido
- 45.2. Resíduos sólidos municipais - Total depositado em aterros
- 45.3. Resíduos sólidos municipais - Total incinerado

46. Contributo das energias renováveis para a produção de electricidade

- 46.1. Contributo das energias renováveis (inclui metas indicativas), para a produção de electricidade

47. Protecção de recursos naturais - *Stocks* de peixe em águas marítimas europeias

- 47.1. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 1/*Diadromous* (%)
- 47.2. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 2/*Demersal* (%)
- 47.3. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 3/*Pelagic* (%)
- 47.4. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 4/*Benthic* (%)
- 47.5. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 5/*Industrial* (%)
- 47.6. Capturas fora dos limites biológicos de segurança - Espécie 6/Total (%)

48. Protecção de recursos naturais - Protecção da biodiversidade

- 48.1. Áreas classificadas ao abrigo da Directiva Habitats, em percentagem da área total
- 48.2. Área protegida, designada ao abrigo da Directiva Aves, em percentagem da área total

Quadro 2: Indicadores Estruturais calculados com informação do Inquérito ao Emprego

Indicador	Medida	Início da série para Portugal
II. Emprego		
8. Taxa de emprego (15-64 anos)		
8.1. Taxa de emprego (Total)	Número de indivíduos empregadas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, em percentagem da população total do mesmo grupo etário.	1992
8.2. Taxa de emprego (Mulheres)		
8.3. Taxa de emprego (Homens)		
9. Taxa de emprego (55-64 anos)		
9.1. Taxa de emprego, 55-64 anos (Total)	Número de indivíduos empregados com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos, em percentagem da população total do mesmo grupo etário.	1992
9.2. Taxa de emprego, 55-64 anos (Mulheres)		
9.3. Taxa de emprego, 55-64 anos (Homens)		
12. Aprendizagem ao longo da vida		
12.1. Aprendizagem ao longo da vida (Total)	Número de indivíduos dos 25 aos 64 anos que indicaram ter recebido acções de educação ou formação na semana de referência do inquérito (ou nas três semanas anteriores), em percentagem da população do mesmo grupo etário. Este indicador é calculado a partir da média das estimativas obtidas pelo Inquérito ao Emprego nos quatro trimestres de cada ano (com excepção dos anos de 1998 e 1999, para os quais foram utilizadas as estimativas do 2º trimestre).	1992
12.2. Aprendizagem ao longo da vida (Mulheres)		
12.3. Aprendizagem ao longo da vida (Homens)		
14. Taxa de desemprego		
14.1. Taxa de desemprego (Total)	Número de indivíduos desempregados, em percentagem da população activa.	1992
14.2. Taxa de desemprego (Mulheres)		
14.3. Taxa de desemprego (Homens)		
15. Idade média efectiva de reforma		
15.1. Idade média efectiva de reforma (Total)	Idade média efectiva da transição para a reforma. Este indicador é calculado a partir de um modelo de probabilístico desenvolvido pelo Eurostat que considera as alterações relativas na taxa de actividade, de ano para ano e de idade para idade, para os indivíduos dos 50 aos 70 anos.	2001
15.2. Idade média efectiva de reforma (Mulheres)		
15.3. Idade média efectiva de reforma (Homens)		
III. Inovação e investigação		
23. Nível de educação atingido pela população jovem		
23.1. Nível de educação atingido pela população jovem (Total)	Número de indivíduos dos 20 aos 24 com nível de escolaridade completa correspondente pelo menos ao ensino secundário e pós-secundário, em percentagem da população do mesmo grupo etário.	1992
23.2. Nível de educação atingido pela população jovem (Mulheres)		
23.3. Nível de educação atingido pela população jovem (Homens)		
IV. Coesão social		
28. Coesão regional (emprego)		
28.1. Variação regional da taxa de emprego (Total)	Coeficiente de variação das taxas de emprego das regiões NUTS II.	1999
28.2. Variação regional da taxa de emprego (Mulheres)		
28.3. Variação regional da taxa de emprego (Homens)		
29. Abandono escolar precoce		
29.1. Abandono escolar precoce (Total)	Número de indivíduos dos 18 aos 24 anos com o nível de escolaridade completo até ao básico – 3º ciclo que, na semana de referência (ou nas três semanas anteriores), não se encontravam em actividades de educação ou formação, em percentagem da população do mesmo grupo etário. Este indicador é calculado a partir das estimativas obtidas pelo Inquérito ao Emprego no 2º trimestre de cada ano.	1992
29.2. Abandono escolar precoce (Mulheres)		
29.3. Abandono escolar precoce (Homens)		
30. Taxa de desemprego de longa duração		
30.1. Taxa de desemprego de longa duração (Total)	Número de desempregados de longa duração (à procura de emprego há 12 ou mais meses), em percentagem da população activa.	1992
30.2. Taxa de desemprego de longa duração (Mulheres)		
30.3. Taxa de desemprego de longa duração (Homens)		
31. Agregados familiares sem indivíduos empregados		
31.1. Crianças que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados	Número de crianças (com idade até aos 17 anos) que vivem em famílias onde ninguém trabalha, em percentagem da população do mesmo grupo etário.	1992
31.2. Adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados		

Quadro 3: Indicadores Estruturais em Portugal e na União Europeia (UE27)			
Indicador	Portugal		UE27
	1992*	2007	2007
Taxa de emprego (Total)	66,6	67,8	65,4
Taxa de emprego (Mulheres)	55,9	61,9	58,3
Taxa de emprego (Homens)	78,1	73,8	72,5
Taxa de emprego, 55-64 anos (Total)	48,4	50,9	44,7
Taxa de emprego, 55-64 anos (Mulheres)	35,0	44,0	36,0
Taxa de emprego, 55-64 anos (Homens)	65,0	58,6	53,9
Aprendizagem ao longo da vida (Total)	3,6	4,4	9,5
Aprendizagem ao longo da vida (Mulheres)	3,4	4,5	10,3
Aprendizagem ao longo da vida (Homens)	3,8	4,4	8,6
Taxa de desemprego (Total)	4,1	8,1	7,1
Taxa de desemprego (Mulheres)	5,0	9,7	7,8
Taxa de desemprego (Homens)	3,4	6,6	6,6
Idade média efectiva de reforma (Total)	61,9	62,6	61,2
Idade média efectiva de reforma (Mulheres)	61,6	62,3	60,5
Idade média efectiva de reforma (Homens)	62,3	62,9	61,9
Nível de educação atingido pela população jovem (Total)	35,0	53,4	78,1
Nível de educação atingido pela população jovem (Mulheres)	39,8	60,8	80,8
Nível de educação atingido pela população jovem (Homens)	29,5	46,3	75,5
Variação regional da taxa de emprego (Total)	3,6	3,3	11,1
Variação regional da taxa de emprego (Mulheres)	7,3	5,5	15,8
Variação regional da taxa de emprego (Homens)	3,0	3,7	8,8
Abandono escolar precoce (Total)	50,0	36,3	15,2
Abandono escolar precoce (Mulheres)	44,2	30,4	13,2
Abandono escolar precoce (Homens)	56,2	42,0	17,2
Taxa de desemprego de longa duração (Total)	1,2	3,8	3,1
Taxa de desemprego de longa duração (Mulheres)	1,2	4,5	3,3
Taxa de desemprego de longa duração (Homens)	1,4	3,2	2,8
Crianças que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados	4,5	5,1	9,4
Adultos que vivem em agregados familiares sem indivíduos empregados	4,9	5,7	9,3

Nota: * A informação relativa à idade média efectiva de reforma reporta a 1999. A informação relativa à variação regional da taxa de emprego reporta a 2001.